



90,

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

ÓRGÃO JULGADOR - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0295373-9

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

AGRAVADO: CLAUDIANOR FERNANDES DE ARAÚJO

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO TERMINATIVA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. JULGAMENTO DE PISO *EXTRA PETITA* NO QUE PERTINE À PERDA DO BENEFÍCIO PELO AUTOR. REFORMA DA SENTENÇA UNICAMENTE PARA RESSALVAR A MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO-INVALIDEZ NOS MOLDES ESTABELECIDOS PELA NOVEL LEGISLAÇÃO NO VALOR NOMINAL DE R\$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS). RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

- 1) Recurso de agravo interposto à iniciativa do ESTADO DE PERNAMBUCO contra decisão terminativa que deu parcial provimento ao recurso de apelação, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, no sentido de *manter o auxílio-invalidéz nos moldes estabelecidos pela novel legislação, ou seja, no valor nominal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), não importando, com isso, decréscimo remuneratório.*
- 2) O ESTADO DE PERNAMBUCO recorre da decisão narrando sumariamente a impossibilidade de ser dado provimento parcial à apelação uma vez que a questão da manutenção do pagamento não fazia parte do objeto do litígio.
- 3) A pretensão originária do autor, que delimita a lide, em verdade não diz respeito à percepção do auxílio-invalidéz em si mesmo considerado (pois não há evidência de que tenha sido suspenso), mas sim com a sistemática de cálculo daquela vantagem, mediante vinculação ao soldo de cabo.
- 4) No entanto, desconsiderando os limites da lide posta em julgamento, verifica-se que o Juízo *a quo* entendeu pela não concessão do benefício argumentando que "a perda do benefício pelo autor se deu pelo fato de ele não mais atender aos requisitos para a sua manutenção, já que é um benefício condicionado. A condição de inválido não foi modificada, mas não ficou demonstrada a necessidade de cuidados de enfermagem e hospitalar permanentes, assim o benefício foi suspenso." É de se constatar que houve julgamento *extra petita*.
- 5) Diante dessa circunstância denota-se que, o ponto em que o julgamento foi *extra petita* – quando trata da perda do benefício pelo autor –, não deve prevalecer, ressaltando-se portanto o direito do apelante à percepção do



91.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

auxílio-invalidéz, porém na forma estabelecida pela LC 32/2001 e no valor definido pela Lei nº 12.731/04, ou seja, no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

6) Com relação ao pedido de vinculação da parcela do Auxílio-Invalidéz em relação ao valor atual do soldo de Cabo em sede de apelação, ressalte-se que este não foi acolhido visto que não possui amparo legal, pois na medida em que a LC nº 32/2001 desvinculou quaisquer vantagens do vencimento base dos militares estaduais, também implementou um aumento nos seus soldos (vencimento base), não implicando com tal mudança decréscimo patrimonial, a ensejar reparo pelo Judiciário, fato não comprovado pelo apelante nas provas acostadas aos autos.

7) Posteriormente, a Lei nº 12.731/04 definiu o valor nominal do auxílio-invalidéz no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o que se verifica no contra-cheque do apelante (fls. 11).

8) É pacífico o entendimento de que a desvinculação de vantagens ou até mesmo a supressão destas não fere direito adquirido quando não implicar em decréscimo patrimonial. A esse respeito já se pronunciou esta Corte de Justiça, conforme os seguintes julgados: (Embargos de Declaração 77226-3/01 Recife 00772263 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto 8ª Câmara Cível 4/1/2007 14:00 Publicação 63), (Apelação Cível 143943-6 Recife 0500253949 Relator Fernando Cerqueira Revisor Luiz Carlos Figueirêdo 7ª Câmara Cível 6/3/2007 14:00 Publicação 60)

9) Recurso de Agravo Improvido, mantendo-se *in totum* a decisão agravada.

Acórdão

Vistos, discutidos e votados estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 03/10/2013, à unanimidade de votos, em **CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO**, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte deste aresto.

Recife, 03/10/13

Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador Relator



92,

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

ÓRGÃO JULGADOR - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0295373-9

AGRAVANTE: *ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO*

AGRAVADO: *CLAUDIANOR FERNANDES DE ARAÚJO*

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Cuidam-se os presentes de recurso de agravo interposto à iniciativa do ESTADO DE PERNAMBUCO contra decisão terminativa proferida por este Relator, que deu parcial provimento ao recurso de apelação, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, apenas no sentido de manter o auxílio-invalidez nos moldes estabelecidos pela novel legislação, ou seja, no valor nominal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), não importando, com isso, decréscimo remuneratório.

Insatisfeito, o ESTADO DE PERNAMBUCO recorre da decisão narrando sumariamente a impossibilidade de ser dado provimento parcial à apelação uma vez que a questão da manutenção do pagamento não fazia parte do objeto do litígio.

Não faço uso do juízo de retratação, motivo pelo qual submeto as razões contidas no próprio *decisum* agravado aos demais membros deste Colegiado.

É o relatório. À mesa.

Recife, 03/10/13


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



93

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

ÓRGÃO JULGADOR - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0295373-9

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

AGRAVADO: CLAUDIANOR FERNANDES DE ARAÚJO

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO

Fundamento juridicamente o meu voto nos seguintes termos:

Reputo não merecer reforma a decisão terminativa que “**DEU PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso de apelação, ex-vi do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, apenas no sentido de manter o auxílio-invalidéz nos moldes estabelecidos pela novel legislação, ou seja, no valor nominal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), não importando, com isso, decréscimo remuneratório”. Vejamos.

Cumpre esclarecer que, com relação ao pleito do apelante quanto ao pedido de vinculação da parcela do Auxílio-Invalidez em relação ao valor atual do soldo de Cabo, este não foi acolhido visto que não possui amparo legal, pois na medida em que a LC nº 32/2001 desvinculou quaisquer vantagens do vencimento base dos militares estaduais, também implementou um aumento nos seus soldos (vencimento base), não implicando com tal mudança decréscimo patrimonial, a ensejar reparo pelo Judiciário, fato não comprovado pelo apelante nas provas acostadas aos autos.

Ademais, posteriormente, a Lei nº 12.731/04 definiu o valor nominal do auxílio-invalidéz no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o que se verifica no contra-cheque do apelante (fls. 11).

É pacífico o entendimento de que a desvinculação de vantagens ou até mesmo a supressão destas não fere direito adquirido quando não implicar em decréscimo patrimonial. A esse respeito já se pronunciou esta Corte de Justiça, conforme os seguintes julgados: (Embargos de Declaração 77226-3/01 Recife 00772263 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto 8ª Câmara Cível 4/1/2007 14:00 Publicação 63), (Apelação Cível 143943-6 Recife 0500253949 Relator Fernando Cerqueira Revisor Luiz Carlos Figueirêdo 7ª Câmara Cível 6/3/2007 14:00 Publicação 60)

No mesmo sentido o Supremo Tribunal Federal consolidou seu posicionamento, a teor dos seguintes julgados: (RE-AgR 445810 / PE -



94

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

PERNAMBUCO Relator(a): Min. EROS GRAU 10/10/2006 Segunda Turma DJ 06-11-2006 PP-00046 EMENT VOL-02254-05 PP-00963), (RE-AgR 403922 / RS Min. ELLEN GRACIE30/08/2005 Segunda Turma DJ 30-09-2005 PP-00049 EMENT VOL-02207-02 PP-00382)

No entanto, pontue-se de logo, que a irresignação do ora recorrente/Estado de Pernambuco cinge-se objetivamente no fato de a decisão terminativa ter ressalvado a manutenção do auxílio-invalidez no valor nominal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), uma vez que a mencionada parcela já está sendo regularmente paga ao apelante/ora agravado.

Ora, em harmonia ao já abordado na decisão anterior, a pretensão originária do autor, que delimita a lide, em verdade não diz respeito à percepção do auxílio-invalidez em si mesmo considerado (pois não há evidência de que tenha sido suspenso), mas sim com a sistemática de cálculo daquela vantagem, mediante vinculação ao soldo de cabo.

Ocorre que, o Juízo *a quo* entendeu pela **não concessão do benefício** argumentando que *"a perda do benefício pelo autor se deu pelo fato de ele não mais atender aos requisitos para a sua manutenção, já que é um benefício condicionado. A condição de inválido não foi modificada, mas não ficou demonstrada a necessidade de cuidados de enfermagem e hospitalar permanentes, assim o benefício foi suspenso."*, o que importou em **julgamento extra petita**.

Diante dessa circunstância, entendi que, ante a delimitação da lide, faz jus o apelante ao recebimento do auxílio-invalidez, porém na forma estabelecida pela LC 32/2001 e no valor definido pela Lei nº 12.731/04, ou seja, no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), não devendo persistir a parte da sentença de piso que trata da perda do benefício pelo autor.

Justamente diante dessa conjuntura, é que esclareci que o ônus da sucumbência recai sobre o autor, ora agravado, em virtude de ter sido vencido na demanda originária em que pleiteou a vinculação do auxílio-invalidez com o soldo de Cabo, uma vez que a presente decisão tão somente restaurou o direito ao recebimento do benefício, nos moldes estabelecidos pela novel legislação ou seja, no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Logo, munido das considerações abordadas, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo na íntegra, a decisão prolatada nos autos da Apelação Cível n.º 0295373-9.

Recife, 03/10/13


~~Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Desembargador Relator